

Emenda Substitutiva Global – PL 536/2007

Dê-se ao Projeto de Lei nº. 536/2007 a seguinte redação:

PROJETO DE LEI

**Estabelece procedimentos para desconsideração de atos ou negócios jurídicos, para fins tributários, conforme previsto no parágrafo único do art. 116 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), introduzido pela Lei Complementar nº 104, de 10 de janeiro de 2001, e dá outras providências.**

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

**Art. 1º Os atos ou negócios jurídicos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência de fato gerador do tributo ou a natureza dos elementos constitutivos da obrigação tributária serão desconsiderados, para fins tributários, pela autoridade administrativa competente, observados os procedimentos estabelecidos nesta Lei.**

**§ 1º São passíveis de desconsideração os atos ou negócios jurídicos que visem ocultar os reais elementos do fato gerador, de forma a reduzir o valor de tributo, evitar ou postergar o seu pagamento.**

**§ 2º O disposto neste artigo não se aplica nas hipóteses de que trata o inciso VII do art. 149 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional (CTN).**

**Art 2º Na hipótese de atos ou negócios jurídicos passíveis de desconsideração, nos termos do § 1º do art. 1º, a autoridade fiscal responsável pelo procedimento fiscal expedirá intimação fiscal ao sujeito passivo, na qual indicará os fatos e elementos que entenda caracterizar a possibilidade de desconsideração de ato ou negócio jurídico.**

**§ 1º O sujeito passivo poderá apresentar, no prazo de trinta dias, os esclarecimentos e provas que julgar necessários.**



785314FB27

**§ 2º** Considerados insuficientes os esclarecimentos e provas apresentados, a autoridade fiscal formalizará representação à autoridade administrativa que instaurou o procedimento de fiscalização.

**§ 3º** A representação de que trata este artigo deverá:

**I** – conter relatório circunstanciado dos atos ou negócios praticados e a descrição dos atos ou negócios equivalentes aos praticados, bem assim os fundamentos que justifiquem a desconconsideração.

**II** – discriminar os elementos ou fatos caracterizadores de que os atos ou negócios jurídicos foram praticados com a finalidade de ocultar os reais elementos constitutivos do fato gerador;

**III** - ser instruída com os elementos de prova colhidos no curso do procedimento de fiscalização e os esclarecimentos e provas apresentados pelo sujeito passivo; e

**IV** – conter o resultado tributário produzido pela adoção dos atos ou negócios praticados em relação aos equivalentes, referidos no inciso I, com especificação da base de cálculo, da alíquota incidente e do montante do tributo apurado.

**Art. 3º** A autoridade administrativa decidirá sobre a representação de que trata o § 3º do art. 2º no prazo máximo de cento e vinte dias a contar de sua formalização.

**§ 1º** O sujeito passivo poderá apresentar impugnação perante a Delegacia de Julgamento a que se refere a alínea “a” do inciso I do artigo 25 do Decreto nº. 70.235 de 6 de março de 1972, com a redação dada pela Lei nº. 8.748 de 9 de dezembro de 1993.

**§ 2º** A autoridade julgadora decidirá sobre a impugnação de que trata o parágrafo anterior no prazo máximo de trinta dias a contar de sua formalização.

**§ 3º** A apresentação da impugnação não obsta a continuidade do procedimento fiscal, exceto quanto ao lançamento de crédito tributário que decorra da desconconsideração dos atos ou negócios jurídicos.

**Art. 4º** A improcedência da impugnação apresentada ensejará o lançamento do respectivo crédito tributário, mediante lavratura de auto de infração.

**§ 1º** O sujeito passivo será intimado do lançamento para, no prazo de trinta dias, efetuar o pagamento ou apresentar impugnação contra a exigência do crédito tributário.

**§ 2º** A contestação da decisão de desconconsideração dos atos ou negócios jurídicos, quando houver, integrará a impugnação do lançamento do crédito tributário.

**Art. 5º** Aplicam-se as normas do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, ao lançamento efetuado nos termos do art. 4º.



**Art. 6º A Secretaria da Receita Federal do Brasil poderá expedir atos normativos necessários à execução do disposto nesta Lei.**

**Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.**

#### JUSTIFICATIVA

**Visa a presente emenda conciliar duas necessidades: a) criar uma série de garantias aos contribuintes, sejam pessoas físicas ou jurídicas, de modo a impedir qualquer arbitrariedade ou abuso por parte da autoridade administrativa ; b) coibir adequadamente fraudes, viabilizando a atuação da fiscalização, em caso de comprovada violação à legislação em vigor.**

**Para isso, propomos algumas modificações no Projeto em epígrafe.**

**Inicialmente, propomos alteração no art 2º, de modo a permitir que toda a autoridade fiscal responsável pelo procedimento fiscal possa expedir intimação fiscal ao sujeito passivo, na qual indicará os fatos e elementos que entenda caracterizar a possibilidade de desconconsideração de ato ou negócio jurídico. Do mesmo modo, altera-se também o § 2º do art. 2º, adotando terminologia idêntica, com o mesmo objetivo.**

Também pretendemos garantir maior segurança e agilidade ao procedimento, evitando a excessiva burocratização. Assim, competirá às Delegacias de Julgamento da Receita Federal do Brasil apreciar, em caráter prévio ao lançamento de créditos tributários, a impugnação do sujeito passivo da desconconsideração de que trata este PL. De tal modo, ampliam-se os mecanismos de defesa do contribuinte, pois retira-se da autoridade que determinou a instauração do procedimento o juízo de valor sobre a desconconsideração do ato ou negócio jurídico.

Nossa proposta garante ao contribuinte, em caso de ser mantida a desconconsideração dos atos ou negócios jurídicos em juízo prévio da autoridade julgadora, rediscutir adequadamente a questão, **juntamente com a impugnação do lançamento do crédito tributário em todas as instâncias administrativas, e assegurando de tal modo o contraditório e a ampla defesa na esfera administrativa.**

**Por tais motivos, conto com o apoio de meus nobres pares para a aprovação da presente Emenda.**

Sala das Sessões, em 28 de março de 2007.

Nelson Pellegrino

Deputado Federal PT/BA

